Parte 2 - Estado, políticas públicas e relações de poder
**Capítulo 6 - O papel do Estado na crescente hegemonia da
empresa agrícola em grande escala. Uma análise a partir do
Pampa argentino**

Diego Fernández

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FERNÁNDEZ, D. O papel do Estado na crescente hegemonia da empresa agrícola em grande escala. Uma análise a partir do Pampa argentino. In: BÜHLER, E.A., GUIBERT, M., and OLIVEIRA, V.L., comps. *Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização: abordagens a partir da América do Sul* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, pp. 125-149. Estudos rurais series. ISBN: 978-65-5725-004-4. <https://doi.org/10.7476/9786557250044.0007>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Capítulo 6

O papel do Estado na crescente hegemonia da empresa agrícola em grande escala. Uma análise a partir do Pampa argentino

• • • • •

DIEGO FERNÁNDEZ

INTRODUÇÃO

Durante o último quarto de século, a agricultura da região pampeana experimentou significativos processos de transformação. O expressivo avanço na produção, confirmado pela evolução da maioria das variáveis ligadas a essa – principalmente a forte ampliação da área semeada, com ênfase na expansão da soja –, tem sido o mais destacado de todos.¹ Fica evidente o quanto as colheitas argentinas foram incrementadas a níveis impensáveis há somente algumas décadas atrás.

Em aparente contraste, outros desenvolvimentos de uma magnitude equivalente têm sido muito menos analisados. É o caso do processo de concentração econômica na região, evidenciado pela crescente participação na produção de um conjunto reduzido de grandes empresas. No setor agrícola esse tipo de participação na produção requer, quase necessariamente, um incremento na superfície ocupada, gerando, como saldo, um recuo em termos absolutos no número de empreendimentos agropecuários (EAP). Durante a década de 1990 essa realidade foi fortemente potencializada, conforme ilustrado pelo Gráfico 1. O dado global, impactante por si mesmo, assinala que no intervalo de tempo pesquisado saíram de produção mais de 53.000 unidades (aproximadamente 30% do total). Este dado aponta para uma dinâmica notoriamente mais intensa que a verificada anteriormente: a

Traduzido por Valter Lúcio de Oliveira.

¹ Pesquisas com recorte semelhante podem ser encontradas em: Anlló, Bisang e Campi (2013) e Reca, Lema e Flood (2010).

redução no número de EAP entre 1974 e 1988 pode ser estimada em 11,5% (Fernández, 2013).

Gráfico 1 – Variação na quantidade de IEAP da região pampeana, conforme estratos de áreas (hectares). 1988-2002.

Fonte: Elaboração própria baseada no Censo Nacional Agropecuário – CNA. 1988 e 2002.

Percebe-se que todos os estratos de empreendimentos com menos de mil hectares tiveram seu número reduzido, registrando-se uma queda mais acentuada nos estratos mais diretamente associados aos produtores “chacareros” – unidades de base familiar capitalizadas (50 a 200 hectares) – algo superior a um terço (34,5%). Os EAP de mais de 1.000 ha, em oposição, ampliaram seu número e superfície operada. Tal ampliação confirma o predomínio dessas companhias na disputa pelo solo com aquelas que foram deslocadas. Posteriormente a 2002 a tendência se manteve. Ainda que a infeliz execução do Censo Nacional Agropecuário (CNA) de 2008 torne seus resultados inutilizáveis, pode-se encontrar, recorrendo a enquetes parciais (Cloquell et al., 2007; Feeney et al., 2010), um forte avanço na participação das grandes empresas agrícolas e, dentro destas, daquelas acima de 1.800 ha (Fernández, 2013).

O presente capítulo trata deste tema, sobre como “estas tendências de longa duração do desenvolvimento do capitalismo se articularam com uma política econômica que estimulou, acelerou e intensificou as leis de acumulação-desacumulação do capital” (Azcuy Ameghino, 2004a, p. 71). Analisa

como, a partir das políticas públicas, gerou-se um marco que, tanto no âmbito macro como microeconômico, fomentou o deslocamento da pequena e média produção agrícola em meio a grandes empresas do ramo, que usufruíam de economias de escala (Fernández, 2010). Abarca um período de cerca de duas décadas (1989-2010) que, certamente, foram “quebradas” ao meio pelo colapso do *plano de convertibilidad* (medida central do programa econômico durante a década de 1990) em 2002, que gerou uma crise de profundidade quase sem precedentes e que forçou mudanças em certas políticas públicas.²

Neste sentido, este capítulo se dedica a analisar os traços fundamentais da política econômica e seu impacto no processo de diferenciação de explorações, focando nos seguintes temas: a gestão do tipo de câmbio efetivo; a política de crédito; o processo de privatização e liberalização da economia; e considerações acerca de aspectos microeconômicos, considerando os impostos e planos de fomento específicos.

1. A POLÍTICA CAMBIAL GERANDO DIFERENÇAS

Considerando que se trata de um setor produtor de bens negociáveis, o tipo de gestão cambial tem o efeito óbvio de aumentar ou diminuir o ingresso das unidades produtivas de todo tamanho. Assim sendo, paralelo a esse corolário, o nível da taxa de câmbio gera um viés diferenciador entre unidades produtivas (Peretti, 1999). Isso ocorre devido ao fato de que a mudança na cotação da divisa afeta de uma forma diferente o custo de vida e o valor dos insumos agropecuários. No custo da cesta de consumo das famílias (estimado a partir do índice de preços ao consumidor, IPC) há uma evidente influência de componentes que não transitam pelo mercado internacional (serviços e outros); enquanto que o conjunto dos meios de produção está fortemente vinculado às cotações internacionais, considerando o caráter internacionalizado da quase totalidade desses. Dessa forma, o tipo de câmbio implica modificações no preço relativo de ambos os conjuntos de bens, promovendo o encarecimento do custo de capitalização. Esse fenômeno se potencializa em um contexto de forte abertura comercial como o que ocorreu desde o início da década de 1990.

² A presente pesquisa retoma, combina e complementa estudos prévios do autor (Fernández, 2008 e 2013). Os quais são ao mesmo tempo devedores de outras pesquisas, tais como as de Azcuy Ameghino (2004b), Martínez Dougnac e Tort (2003), De Nicola, Propersi e Qüesta (1998); Barsky e Gelman (2001), Lattuada, Márquez e Neme (2012), Basualdo (2010); Giberti (2013), Gorenstein e Napal (2008).

As taxas aduaneras se reduziram de maneira considerável em relação ao principal adubo (a ureia) (de 15% para 6%), aos fitossanitários (cujas taxas chegavam a 25%, e passaram a se unificar em 14%) e aos maquinários de todo tipo (indústria protegida previamente com taxas de 40% e que passaram a 14%). Depois de concluída a década de 1990, o esquema tarifário se manteve com uma única mudança nas taxas ao final de 2007, a qual aprofundou, em alguma medida, o esquema de abertura, visto que diminuíram os impostos à importação de componentes de máquinas (22 a 14%) e isentaram completamente os fertilizantes fosfatados (particularmente necessários para o cultivo de soja).³

Para avaliar a variação de preços relativos construiu-se um *Índice de Preços de Insumos Agrícolas* (IPIA). Para isso, foram utilizados dados da publicação *Márgenes Agropecuarios* sobre os valores de 17 insumos $[i]$, ponderando segundo sua participação individual no custo de cada um dos 4 principais cultivos $[j]$,⁴ ponderados conforme o peso de cada produção no total da superfície utilizada (fonte: Sistema Integrado de Informação Agropecuária, *SIIA*):

$$IPIA_t = \sum_{j=1}^4 \frac{\sum_{i=1}^{17} PI_{i,t} \cdot \phi_{i,j}}{\sum_{i=1}^{17} PI_{i,1991} \cdot \phi_{i,j}} T_{j,t}$$

Com $[t]$ representando cada ano do período estudado, com base em 1991, $[PI]$ o preço de cada insumo $[i]$; $[\phi_{i,j}]$ a participação no custo de cada produção $[j]$ do insumo $[i]$, e $[T_j]$ a participação percentual na superfície empregada pelas $[j]$ atividades de cada uma delas. O cálculo é exposto no Quadro 1, que também mostra a evolução do IPC.⁵

³ Estas são as tarifas extra-Mercosul para esses bens. O comércio intrabloco ficou completamente isento desde meados dos anos 1990.

⁴ Consideram-se os seguintes insumos: a denominada *Unidade de Trabalho Agrícola*, a semente dos quatro cultivos (milho, soja, trigo e girassol), fosfato diamónico, ureia perlada, superfosfato triplo, cypermetrina, atrazina 50, Twinpack, acetoclor, glifosato, endosulfan, Sencorex, Lorsban plus, primagram.

⁵ O organismo encarregado de medir a inflação varejista é o INDEC. A partir de janeiro de 2007, as taxas que informou subestimam fortemente o processo de desvalorização do peso (ATE-INDEC, 2014). Para corrigir a série procede-se como GERES (2014), tomando as variações médias de medições alternativas (o IPC da província de San Luis, o de Santa Fe e medições privadas).

QUADRO 1
Tipo de câmbio (\$/US\$), IPC e IPIA (03/1991=100) – 1991-2010

Ano	IPC	IPIA	\$/US\$	Ano	IPC	IPIA	\$/US\$
1991	100	100	1	2002	194	265	2,98
1992	145	115	1	2003	255	271	2,82
1993	162	110	1	2004	261	290	2,84
1994	170	110	1	2005	285	314	2,91
1995	178	114	1	2006	316	332	3,04
1996	178	120	1	2007	351	387	3,09
1997	180	118	1	2008	434	589	3,05
1998	181	110	1	2009	511	570	3,67
1999	180	108	1	2010	619	645	3,95
2000	178	106	1				
2001	177	108	1				

Fonte: INDEC, IPEC, DPE-SL, Consultoras, Márgenes Agropecuarios.

A evolução relativa desses *sets* de preços tem uma consequência importante para o tema tratado. Os estabelecimentos de tipo *chacarero* (ou outras PME – Pequenas e Médias Empresas) devem empregar uma parte considerável do seu excedente econômico no sustento da família, enquanto que esse custo é desprezível para as grandes empresas do setor. Essas últimas destinam seus benefícios quase por completo a processos de acúmulo a escala ampliada: apesar do “estilo de vida” dos seus acionistas ser, normalmente, muito mais custoso do que o que permite um EAP pequeno, esse se liquefaz até se converter em uma fração mínima do ingresso que se obtém ao trabalhar sobre 50.000 hectares. Dessa forma, ao elevar-se comparativamente o custo de vida, reduz-se a margem de manobra dos EAPs em pequena escala, enquanto os bens aos que se destina virtualmente a totalidade do ingresso do grande capital tronam-se relativamente mais baratos.

Quando, a partir de 1991, implementou-se uma política de ancoragem cambial (que começou em fevereiro daquele ano, mas recebeu sua sanção legal mediante a *Lei de Convertibilidad* a partir de maio do mesmo ano), ocorreu uma situação daquele tipo. Ao final da década, o custo de vida estava em aproximadamente 77% acima do observado em 1991, enquanto que o IPIA não cresceu nem 10%. A desvalorização da moeda no início do ano de 2002 operou em sentido oposto: o custo de vida diminuiu em relação ao custo dos

insumos agropecuários, o que permitiu o equacionamento financeiro dos pequenos EAP que devem afrontar esse custo fixo que supõe a reprodução do núcleo familiar. O Gráfico 2 revela o cociente IPC/IPIA e ilustra seus matizes.

Gráfico 2 – Ratio IPC/IPIA, março de 1991=1. 1988/2010.

Fonte: Elaboração própria baseada no INDEC, IPEC, DPE San Luis, Consultoras, Márgenes Agropecuarios.

A reversão da tendência chega a evaporar os efeitos acumulados durante a década de 1990, fazendo com que o índice oscile em torno do valor médio de março de 1991. Entretanto, o câmbio deixou de ser fixo e não chegou a retroceder à situação vigente durante os anos 80, anterior às violentas mudanças de preços que implicaram na hiperinflação e na abertura econômica de 1989/90.⁶

2. POLÍTICAS QUE AFETARAM O CRÉDITO

Os marcos macroeconômicos que configuram o Estado em diferentes períodos históricos incluem um rol para o mercado de crédito ou o afetam de alguma forma. Nesta pesquisa o autor se limita a expor os aspectos mais gerais e, em particular, suas implicações para o setor agrícola.

⁶ Essa evolução interatua com os preços dos grãos, sendo que quando a derrubada das cotizações se somou ao barateamento relativo do dólar, verificou-se que entre 1998 e 2001 a situação para a pequena produção adquiriu patamares dramáticos; enquanto que o auge de preços iniciado em 2007 atenua esse problema, visto que cobre o custo *fixo* do qual falamos mais facilmente.

2.1. O drama do endividamento nos anos 1990

As características das operações de crédito ao longo de 1990 constituíram um dos principais determinantes do processo de descapitalização dos pequenos e médios produtores. A abertura financeira e a política monetária estilo *caixa de conversão* criaram uma estrutura de incentivos que incrementou fortemente as taxas.

O sistema bancário local competia para atrair os fluxos de capitais que permitiram a maior liberalização da conta financeira do balanço de pagamentos incrementando as taxas de juros. Martínez Dougnac e Tort (2003) revelam que, além de meramente “permitidos”, esses fluxos estavam *incentivados* pelas ganâncias fáceis e seguras devido à política cambial. O Estado também participava na concorrência, em uma dinâmica de endividamento que Damill, Frenkel e Juvenal (2003) consideram *explosiva*: combinavam facilidades para a cobrança de rendas por parte de portadores estrangeiros de inversões e de dívida – ou para *fuga de divisas* por parte de agentes locais (Basualdo; Kulfas, 2000) – com déficits contínuos na balança comercial. A única forma de obter dólares para evitar um *default* era emitindo nova dívida; obviamente a taxa era cada vez mais elevada, o que incrementava a brecha a cobrir na rodada seguinte.

O Gráfico 3 inclui dois indicadores desse processo: a taxa de juros de referência (real) e o endividamento estatal.

Gráfico 3 – Dívida Pública total (em US\$ milhões e como porcentagem do PIB) e taxa de juros real, 1986-2001.

Fonte: Fundación Norte y Sur.

Em um contexto de inflação nula e forte participação do Estado como demandante de fundos, a taxa de juros ficou positiva; situação totalmente diferente à que caracterizou a década anterior, na que a obtenção de um crédito podia considerar-se um *subsídio*. As taxas por *adiantamentos em pesos em conta corrente* aproximaram-se de 30% no período, desembocando no seu ocaso (40% em 2001). Os produtores agrícolas que se viram obrigados a tomar empréstimos sob as novas condições observaram um crescimento da sua posição devedora sem precedentes.⁷ Os leilões das propriedades arroladas como garantia se multiplicaram, gerando, como reação, a criação e o desenvolvimento do Movimento de Mulheres em Luta, em 1995 (Giarraca; Teubal, 1997).

O Quadro 2 mostra a evolução da proporção do crédito em atraso em relação às atividades que compõem o setor agropecuário do Pampa.

QUADRO 2
Porcentagem de irregularidade na carteira de crédito, média anual. 1990/1999

Ano	Cereais, oleaginosas e forrageiras	Bovinos	Exploração agrícola-pecuária	Total nacional
1990	11,9	16,0	14,1	17,0
1992	15,7	15,2	11,2	15,7
1994	23,3	20,8	19,9	16,9
1996	18,8	29,1	29,5	19,5
1998	13,9	21,7	19,4	13,0
1999	16,0	23,2	22,4	13,0

Fonte: BCRA.

O primeiro fato que se observa são os altos coeficientes de “problemas” das atividades agropecuárias. Enquanto a média nacional relativa ao atraso no pagamento estava ao redor dos 13% em 1999, o coeficiente era 22% superior na agricultura, e entre 70 e 80% maior nas atividades pecuárias ou mistas. São excepcionais os anos em que as carteiras agropecuárias apresentaram uma situação de menor anormalidade que a média, o qual somente aconteceu nos momentos de auge dos preços: para cereais e oleaginosas em 1996/97 e para

⁷ Evidentemente que não foram *todos* os que enfrentaram tal situação, a cúpula do empresariado encontra financiamento mais barato. O crédito é um custo sobre o qual também incide economias de escala.

a carne em 1992. Obviamente, o conjunto de indícios aponta na direção contrária.

Houve muito poucas linhas de crédito subsidiado. O recorte de taxas que elas ofereciam operava na situação crítica descrita, embora se aliviassem as contas de quem requeria o financiamento, não ficava em uma posição particularmente benéfica (taxas reais de 13-15% em pesos, 11-12% em dólares).

As características macroeconômicas aparecem, então, como geradoras dessa situação global de insolvência. Esta visão contrasta por completo com a proposta de atribuir ao *erro individual* no cálculo econômico o problema do endividamento, eloquentemente exposto por Víctor Trucco (fundador e presidente da AAPRESID):

Sei que muitos produtores perderam nos últimos anos; o que [foi devido a] um endividamento inoportuno, excessivo, irresponsável, como o queira chamar e não o digo de maneira depreciativa, porque fui um dos irresponsáveis, não me refiro aos outros (Peretti, 2013).

Provavelmente deve haver casos, talvez numerosos, de condutas pessoais “irresponsáveis” quanto ao endividamento. No entanto, a duplicação da porção de créditos em atraso e o fato de que esse coeficiente esteve muito acima da média nacional para todas as atividades rurais (quando, anteriormente, estava abaixo), demonstram claramente um problema *estrutural*, próprio da forma com que o plano econômico afetou estas áreas.

2.2. A grande liquidação

Durante a vigência da convertibilidade vigorou um paradigma quase *bimonetário, dolarizado* em relação ao crédito: considerando a atividade “*cultivo de cereais, oleaginosas e forrageiras*”, ao final de 2001, 87,5% do crédito bancário estava nominado na divisa norte-americana (Gráfico 4).

Esse fenômeno levou a um dos principais métodos escolhidos pelo governo de Duhalde na sua estratégia de melhorar a rentabilidade para o empresariado: a liquidação da dívida, complementar ao fechamento do mercado interno e à destruição do salário em termos reais, gerada pela taxa de câmbio. O decreto 214 de 2002 levava a assinatura de Ignacio de Mendiguren, recentemente nomeado Ministro de Produção, cargo que assumiu após deixar a presidência da *Unión Industrial*. De Mendiguren explicava ao Senado, no dia seguinte à promulgação do decreto, seu propósito em termos francos e diretos: “Sempre se saiu das crises recessivas com a liquidação dos passivos empresariais” (La Nación, 2002).

O artigo estabelecia a denominada “pesificação assimétrica”: os depósitos em dólares se converteriam em pesos a um câmbio de 1,40, enquanto que “todas as dívidas em dólares ou em outras moedas estrangeiras estabelecidas com o sistema financeiro, qualquer fosse o montante ou natureza, serão convertidas a pesos na proporção de um peso por cada dólar” (art. 3º). Como os bancos foram compensados pela emissão de “títulos do Tesouro Nacional para solver o desequilíbrio no sistema financeiro” (art. 7º) que surgia da assimetria dos tipos de câmbio de conversão, na prática o que aconteceu foi uma grande transferência de rendas do Estado e dos portadores de depósitos em moeda estrangeira para as empresas endividadas. A medida não fez nenhum tipo de diferenciação, beneficiando de igual forma, mesmo que em diferentes proporções, as grandes empresas, as PMEs e os demais devedores.

Gráfico 4 – Créditos ao setor “Cultivo de cereais, oleaginosas e forrageiras”, saldo ao final do trimestre, em milhares de dólares, conforme moeda que nomeia o crédito. I trim/2000 – IV trim/2005. **Fonte:** Elaboração própria baseada em dados do BCRA.

O peso em dólares dos compromissos prévios se *desfez*. De um saldo devedor de US\$ 1.428 milhões em dezembro de 2001, passou-se a um de 207 a meados de 2002 (Gráfico 4). A combinação de uma reestruturação financeira nessas condições e de uma conjuntura de preços internacionais que se recuperou da péssima situação prévia minimizou importantes passivos que pesavam sobre 12/16 milhões de hectares hipotecados (Colombo, 2000). Mesmo que uma parte corresponda a *chacareros* e demais produtores PMEs, o padrão de distribuição do solo no país implica que a maior parte daquela dívida figurava nos balanços dos grandes proprietários de terras.

2.3. A taxa de juros

Quando, em 2002, ocorreu a desvalorização, a Argentina já acumulava por volta de três anos de recessão. Nessas condições, o incremento no tipo de câmbio não se traduziu em taxas de inflação na mesma proporção, gerando, então, uma forte desvalorização real. O impacto dessa desvalorização sobre as importações, conjuntamente com o transitório agravamento da recessão causada pela violenta mudança dos preços relativos, o encarecimento das matérias-primas exportadas pela Argentina e o *default* de parte significativa da dívida pública, gerou uma reviravolta na conta corrente do balanço de pagamentos do país, que passou a mostrar importantes superávits.

Como assinalou Frenkel (2009, p. 25), situações como esta, em que há “excesso de oferta de moeda internacional baseado no tipo de câmbio fixo definido pelo Banco Central”, possibilitam a esse organismo intervir simultaneamente na determinação do tipo de câmbio e na taxa de juros (pelo menos durante um prazo de tempo delimitado).

Ao intervir como comprador no mercado de divisas sustentando uma taxa de câmbio elevada, o Banco Central elevou a base monetária, em manobras que foram esterilizadas somente de forma *parcial*, mantendo níveis de taxas de juros substantivamente mais baixas que na década anterior. O Gráfico 5 expõe sua evolução em termos reais.

Gráfico 5 – Taxas de juros ativos no setor produtor de “cereais, oleaginosas e forrageiras”, conforme moeda que denomina a operação. Trimestral. I/2000 – IV/2010.

Fonte: Elaboração própria baseada em BCRA, INDEC, Boletim Informativo Techint.

Após violentos reajustes ocorridos em 2002, a taxa de juros de referência para a agricultura em termos reais baixou, dos 25/27 pontos percentuais que caracterizaram os últimos anos da convertibilidade (com um auge de 32 no último trimestre de 2001), a uma média de 20% em 2003, e somente 5,2% entre 2004 e 2005, para, a partir daí, entrar em uma oscilante negatividade. De qualquer forma, as taxas rebaixadas se aplicaram àqueles que pegaram créditos em instituições financeiras, estratégia que não foi a dominante por parte da produção primária, que tendeu a recorrer a outros arranjos ou a evitar o dinheiro emprestado. Por sua vez, com um peso menor devido ao baixo financiamento, continuaram operando as taxas diferenciais às quais os bancos emprestavam às grandes empresas (Fernández, 2008a).

3. AS PRIVATIZAÇÕES

Com relação a este aspecto da política estatal, as mudanças que ocorreram nas infraestruturas de transporte e comercialização de grãos que, como a *energia*, passaram a estar dominadas ou administradas pelo setor privado, modificaram as equações de custo-benefício setoriais.

3.1. O transporte para os portos

Começando pelos trens, cabe ressaltar o fato de que uma das seis linhas existentes foi concedida a uma das maiores empresas agropecuárias, *Aceitera General Deheza S.A.* (AGD), companhia que administra a produção primária de oleaginosas com aproximadamente 200.000 hectares. Se excluirmos essa linha (cujas tarifas podem incluir preços de transferência) é possível construir o Gráfico 6, que compara a evolução da tarifa cobrada pela Ferroexpreso Pampeano com a média de outras duas linhas (Mesopotámico, Pacífico) de carga mais diversificadas.

Percebe-se que o crescimento da tarifa (que permaneceu sempre desregulada) da linha mais vinculada com a agropecuária se distanciou da média, encarecendo essa via de transporte. Mesmo assim, e à margem do benefício que obteve a AGD, não existiu nenhum tipo de intervenção promocional ao longo dos 20 anos, nem tampouco no componente “pedágio” do transporte dominante, o caminhão. Esse apareceu como um custo *novo* para as empresas de transporte no início dos anos 1990 e se incrementou de forma notável. Após iniciada a Convertibilidade e suas manifestas proibições de indexar os preços, a tarifa média se incrementou nominalmente em 70% no período de

1991/1998, lapso no qual o índice de preços atacadistas cresceu somente 13% (Abeles, 2000).

Gráfico 6 – Evolução da tarifa por Tn/km, em pesos, de diferentes linhas ferroviárias. 1994-2010.
Fonte: Elaboração própria baseada na CNRT.

Diferentemente da ferrovia para transporte de cargas, os custos pelo uso das principais rotas nacionais foram incluídos na política geral de subsídios que vigorou na última década. O custo do pedágio foi mantido em seu valor nominal e absorvido na prática pelo orçamento nacional, ficando, dessa forma, totalmente minimizado quando medido a preços constantes (desaparece do esquema de custos).

Tanto o encarecimento como o barateamento do transporte não tiveram nenhum tipo de diferenciação – afetaram o setor produtivo em seu conjunto – e consistiram em mais uma das políticas que beneficiaram os “peixes graúdos” na sua proverbial interação com os “peixes miúdos” deste particular reservatório.

3.2. Jazidas Petrolíferas Fiscais

YPF S.A.⁸ fornece o óleo diesel, insumo extremamente importante nas funções de produção agrícola. De maneira geral, esse componente energético representava 20% do custo da colheita; 24% do custo de transporte

⁸ Principal empresa de combustível da Argentina.

e 29-21% das operações de semeadura – convencional e direta respectivamente (Fernández, 2013). YPF controlava aproximadamente 50% da oferta doméstica.

Devido a sua produção estar tão vinculada com o mercado mundial, não era de esperar que aplicasse incrementos nos seus valores de venda. Além disso, percebemos que, no caso do diesel, produziu-se um descenso de 14% no preço do litro entre março de 1991 e dezembro de 1998. Essa diminuição foi devida à privatização da empresa? Abeles (2000) afirma que essa diminuição deve ser comparada com o preço internacional do barril de petróleo cru: durante o mesmo lapso o WTI (barril de petróleo standard) caiu de forma muito mais contundente (-45%).

A privatização de YPF teve uma consequência adicional, que incidiu no processo de concentração:

A nova empresa privada adotou operações comerciais mediante as quais vendia o combustível demandado pelos proprietários de terras ao longo do ano, através do pagamento em parcelas e com uma bonificação significativa (aproximadamente 20%). Neste caso, também funcionou uma orientação que beneficiava aos proprietários de terras que operavam com as maiores escalas (Basualdo, 2010, p.437).

No segundo período estudado, o preço do combustível (que somou a desvalorização com a carência devido às guerras no Oriente Médio) passou a ser visto como uma ameaça ao funcionamento do sistema. O Estado executou um controle do preço doméstico mediante a restituição e a gestão de impostos à exportação de petróleo e derivados. A poucos meses da desvalorização, Duhalde lançou mão da implantação de tarifas alfandegárias (a 20%). Posteriormente, em janeiro de 2003, estabeleceu um acordo com as empresas produtoras de petróleo e com as refinarias para fixar o preço que as primeiras abasteceriam as segundas. O aumento da cotação internacional do primeiro quadrimestre de 2004 impulsionou o governo Kirchner a incrementar o imposto em 25%. Aumentos posteriores foram atacados com um sistema de *retenções móveis*: os direitos de exportação se mantinham em 25% do preço enquanto o barril estava abaixo dos 32 dólares, para serem incrementados à medida que a cotação se elevasse.⁹

⁹ O governo Kirchner implementou outras medidas para controlar o preço do combustível. Algumas de índole simbólica, como o boicote à *Shell* quando essa companhia elevou seus preços. Esses tipos de ações deixaram em um segundo plano as outras, mais materiais e importantes, políticas que supuseram uma forte compensação ao setor petrolífero pelas suas vendas ao mercado interno; por exemplo, as diferenças de retenções na exportação de gasolinas, baixíssimas em relação com as aplicadas ao petróleo cru (diferencial recém diminuído em 2007).

Todas essas medidas possibilitaram manter relativamente inalterados os valores do diesel no mercado interno que, apesar de terem sofrido reajustes, estiveram longe de refletir a evolução do custo do combustível. Da mesma forma que com os pedágios, esta transferência de recursos foi implementada como um benefício para todos que participassem na produção agrícola.

4. POLÍTICAS MICRO: ESTRUTURA TRIBUTÁRIA E PROGRAMAS FOCALIZADOS

4.1. Evolução da carga impositiva

A administração menemista levou adiante uma reforma tributária em que o sistema de arrecadação passou a se basear em dois pilares: o imposto ao valor agregado (IVA) e o imposto de renda, ampliando consideravelmente suas alíquotas.¹⁰

O setor agropecuário teve suas especificidades, sendo a mais importante a virtual eliminação dos direitos de exportação, que subsistiram de forma mínima (3,5%) para os grãos oleaginosos sem processamento.¹¹ Eliminou-se, inclusive, outra série de restrições complementares (o direito de estatística, a contribuição ao INTA). Como complemento, se escorou a arrecadação de IVA mediante a aplicação de um sistema de retenções que consistia na obrigação (em operações com grãos) de que o comprador retivesse uma porcentagem da massa do imposto e o destinasse imediatamente ao tesouro público. Esse sistema de retenções iria ficar mais forte na década seguinte.

Essas mudanças alteraram as rentabilidades relativas dos diferentes tipos de produtores? O IVA constitui um encargo geral, igual para todos os contribuintes. Entretanto, no imposto de renda, a situação é diferente pois há uma distinção entre renda de *personas jurídicas* e de pessoas físicas (titulares de EAP). Ainda que no caso da primeira (renda de pessoas jurídicas) proponha-se uma taxa única sobre os lucros, no caso da segunda (renda de pessoas físicas) estrutura-se de forma progressiva conforme o nível desses. Por outro lado, estabelece-se, em 1998, um regime simplificado (chamado “monotributo”), para contribuintes agropecuários com faturamento de até 144.000 pesos, que

¹⁰ Entre 1990 e 1995, o IVA aumenta de 15 a 21% e imposto sobre a renda de 20 a 35%.

¹¹ Esse diferencial de taxas resulta em um benefício para as empresas *azeiteiras* (esmagadoras) ao baratear seu insumo fundamental. Algo similar poderia se afirmar sobre as cotas de exportação de trigo desde 2006, que apesar de não evitarem o encarecimento dos panificados (ao consumidor), facultaram aos moinhos se aprovisionar a preços de monopsonio.

previa uma escala progressiva em seu interior. Esse imposto unificou o IVA e o imposto de renda e teve uma adesão notável. Ainda que, por um lado, tenha reduzido os aportes fiscais de uma porção de pequenos produtores agropecuários, por outro logrou que milhares de pequenas unidades produtivas fossem tributadas, fato notável devido ao contexto declinante da economia.

As mudanças do IVA (e o ingresso de um grupo importante de agentes ao sistema) aparecem como fatores que tendem a uma equiparação da carga fiscal por hectare entre os EAP de diferentes escalas. No entanto, em sentido oposto, operam a eliminação dos direitos de exportação e o fato de que a maioria das unidades é tributada via imposto de renda às pessoas físicas ou monotributo, impostos que incorporam escalas progressivas. Essa faceta da ação pública, entretanto, não contou com volume necessário para reverter as diferenças nas rentabilidades relativas entre grandes e pequenos ou medianos EAP. Esse aspecto vai ser *liquidado* no período seguinte, por uma combinação de fatores.

i) Assim que a desvalorização ocorrida em 2002 foi provocada, se reinstalaram os direitos de exportação, que logo se transformaram na principal forma na qual o Estado tributa a renda agrária. Esses evoluíram, conforme o Quadro 3, e marcaram uma mudança drástica na distribuição da carga tributária nacional: os impostos sobre o comércio exterior triplicam sua participação na arrecadação total, passando de uma média de 7% na década de 1990 a 21% em 2008.

QUADRO 3
Evolução das alíquotas de direitos de exportação de grãos do pampa e seus derivados.
01/2001-12/2010

Período	Trigo	Milho	Soja	Girassol	Azeite Soja	Azeite Girassol	Subprodutos soja	Subprodutos girassol
Até 03/2002	0	0	3,5	3,5	0	0	0	0
03/2002	10	10	13,5	13,5	10	10	10	10
04/2002 a 01/2007	20	20	23,5	23,5	20	20	20	20
01/2007 a 11/2007	20	20	27,5	23,5	24	20	24	20
11/2007 a 12/2010	20	20	35	32	32	30	32	30

Fonte: Infoleg.

Esses tributos cumprem uma função essencialmente de arrecadação, que se intensificou com o que ocorreu no mercado mundial. No entanto, cada vez que foram incrementados, expressaram outros desejos: a desvinculação dos preços locais em relação aos internacionais ou a limitação da monocultura de soja, que poderia acarretar problemas ambientais. O impacto sobre o custo de vida que produz os direitos de exportação à soja é indireto: não é um produto que faz parte da cultura alimentar argentina, é, em sua quase totalidade, um produto voltado para a exportação. O aumento nas restrições à oleaginosa, em todo caso, evitaria que fosse destinada mais superfície ao seu cultivo, restando superfície para a produção de outros produtos mais relacionados com a cesta básica. Entretanto, apesar dessa ideia declarada, utilizar os direitos de exportação como organizador territorial requer uma engenharia tributária muito precisa, coisa que não pode se dizer a respeito do que foi feito pelas equipes econômicas dos sucessivos governos nacionais. Cabe afirmar que ao observar a rentabilidade relativa das diferentes culturas constata-se que *a vantagem da soja nesse aspecto nunca foi levada em consideração pelas diferenças nas alíquotas impositivas* (muito menos em comparação com a produção animal extensiva).

Desde o momento em que o principal tributo sobre o setor passa a ser esse, que não prevê nenhum tipo de *segmentação*, o peso relativo da carga impositiva homogeneíza-se de forma considerável entre EAP de distinto tamanho.

ii) As escalas progressivas dos impostos que foram normatizados, incluindo uma segmentação, ficaram desvirtuadas por não se atualizarem em consonância com o processo inflacionário verificado após 2002. No caso do imposto de renda de pessoas físicas, esse não tem nenhum atenuante, visto que os valores nominais que delimitam os degraus da sua escala não sofreram nenhuma alteração. O Quadro 4 expõe a mudança ao estimá-los a valores constantes de 2000, considerando que por volta do final de 2010 os preços estavam perto de se multiplicarem por 4, segundo a base de comparação.

Da comparação resulta que a escada chega a uma altura muito baixa; os 12.000 pesos de 2000 que constituíam o máximo – a taxa de 35% de imposto, própria desse degrau superior, coincide com a de *renda de sociedades* – são liquidados a aproximadamente 30.000 pesos constantes. Isso trouxe uma forte homogeneização na carga tributária, visto que a maioria dos contribuintes se agrupam no ponto máximo, como verificado no Gráfico 7.

QUADRO 4
Características do imposto de renda (pessoas físicas), conforme escala de lucros
(pesos atuais e pesos de 01/2000). Valores em 12/2010

Intervalos de lucro tributável				Alíquota própria do intervalo
Pesos atuais		Pesos 01/2000		
Mais de	Até	Mais de	Até	
0	10.000	0	2.481	9%
10.000	20.000	2.481	4.961	14%
20.000	30.000	4.961	7.442	19%
30.000	60.000	7.442	14.883	23%
60.000	90.000	14.883	22.325	27%
90.000	120.000	22.325	29.767	31%
120.000	Em diante	29.767	Em diante	35%

Fonte: Boletim Oficial, INDEC, GERES.

Gráfico 7 – Imposto sobre renda de pessoas físicas e sucessões indivisas – setor agropecuário.
Porcentagem por faixa de renda declarada.

Fonte: Elaboração própria baseada em anuários do AFIP.

Enquanto que, em 2000, os inscritos nos dois intervalos mais baixos eram de 72% e somente 2,5% restavam nos dois mais altos; até 2010 essas proporções haviam se invertido drasticamente, com 48% no topo e 14% na base.

O mesmo fenômeno é registrado no monotributo. Até janeiro de 2010 não se modificaram os valores nominais da sua escala progressiva, abandonando-a na erosão inflacionária.

Os dois fenômenos apontados contribuíram para a mesma tendência, que foi a homogeneização na carga tributária quando se comparam EAP de diferentes envergaduras econômicas. Por outro lado, o autor realizou um estudo comparativo acerca do peso da carga tributária sobre unidades produtivas agrícolas diferenciadas conforme o seu tamanho (Fernández, 2012) e concluiu que a diferença entre o que devem pagar os *chacareros* e o que devem pagar os grandes proprietários de terras e as empresas estilo *pool de siembra* foram reduzidas a um mínimo.

A política de impostos – especialmente os impostos específicos, como são os direitos de exportação – é uma das que possibilita uma redistribuição da renda agrária para o resto dos agentes que operam na economia argentina. A tesouraria do Estado toma parte diretamente do excedente e o redistribui, segundo critérios político-econômicos, como ingressos de determinados capitais (*contratistas*, *obligacionistas*, subsídios, etc.). No entanto, essa não é a única ferramenta que o Estado dispõe para conseguir tal objetivo. Uma política de sobrevalorização da moeda Argentina também consegue esse efeito ao possibilitar a importação de bens a um menor custo relativo e ao diminuir, inclusive, o preço pelo qual se oferecem alimentos; o que permite limitar o salário (Iñigo Carrera, 2007). Esse método, fluidamente aplicado durante os anos 1990, não apenas difere do primeiro em que o Estado não participa como um elo da cadeia, mas veda a possibilidade de discriminar a procedência desse excedente. Aplicando impostos diferenciados, além de se conseguir o objetivo primário de se prover a acumulação de outros atores mediante o favor governamental, pode contribuir à geração de uma estrutura socioeconômica agrária distinta, inibindo o crescimento dos grandes grupos que promovem um notável retrocesso no número de produtores. A grande homogeneização tributária aqui estudada tem deteriorado esse instrumento possível da ação pública.

4.2. O programa *Cambio Rural*

Virtualmente não existiu um contrapeso ao “desvio” a favor do grande capital agrário no desenho das políticas públicas que estruturaram o período. Pode-se citar, com caráter de exceção, o programa *Cambio Rural* (CR), coordenado pelo INTA, que começa a se desenvolver em 1993. Esse programa tem como *população* alvo os produtores de tipo PME, os *chacareros*, e consiste, essencialmente, em levar assessoramento aos produtores mediante um agrônomo remunerado pelo Estado. Por um lado, o assessoramento está voltado para a tecnologia de produção e, por outro, para a promoção do

associativismo, aspecto de sumo interesse visto que esse comportamento atenuaria os diferenciais de escala em que se baseia o processo de concentração ao realizar compras de insumos em conjunto, ao adquirir e manter equipe coletivamente, etc. Esse tipo de prática não conseguiu igualar os benefícios que a grande empresa obteve no mesmo período, visto que a coordenação de uma ou duas dúzias de produtores individuais não está isenta de complexidades. Contudo, destaca-se que por regra geral alcançaram certas vantagens nos preços de abastecimento quando o grupo se propôs a tal objetivo (Lombardo; Tort, 1997).

O programa nunca contou com linhas de crédito barato para produtores, o que constituía uma necessidade imperiosa do pequeno empresariado rural na primeira das décadas observadas. Os sucessivos documentos sobre os resultados do programa mostram que, para os que participaram do CR, foram registrados resultados díspares, mas no geral positivos. Entretanto, a maior limitação do programa encontra-se no seu alcance quando é avaliado em escala social. Constrói-se, para isso, um *coeficiente de cobertura* sobre os dados oficiais do programa (INTA 1999 e 2009) para a região do pampa. Esse é o cociente entre o número de produtores atendidos e o total de potenciais beneficiários (que, pelos parâmetros com que se regulamentou o CR, podem-se legitimamente considerar o total de EAP entre 10 e 200 ha levantadas pelos censos).

Verifica-se que, até o final dos anos 1990, os coeficientes de participação no programa são de somente 11% para Buenos Aires, 10% para Santa Fe, 7,1% para Entre Rios e 8,5% para Córdoba; arredondando em 9,7% para o conjunto das províncias pesquisadas, cifra sumamente modesta.

No período crítico de 2002-2004, *Cambio Rural* resulta seriamente abalado pela crise econômica, já que os recursos do Estado que até então o sustentavam baixaram a um mínimo. A partir de 2005 começa a se recuperar o financiamento do programa, mesmo que em 2008 ainda estivesse muito longe do que havia sido sua capacidade operativa. Na região do pampa, entre os anos 1999 e 2008, a quantidade de produtores assistidos diminuiu 45%, de 9.912 a 5.441. A baixa cifra do *coeficiente de cobertura* será ainda menos, passando de 9,7 a 8,4% para o total das províncias. Constatando os estreitos limites em que se desenvolveu essa política de contenção, e sem deixar de avaliar o auxílio que prestou em casos concretos, De Nicola, Propersi e Qüesta (1998, p.144) afirmam que “estas estratégias não resultam em opções de desenvolvimento para o conjunto [...] incorporam-se a estes programas somente aqueles com melhores condições econômico-financeiras ou que sejam mais capazes de articular uma estratégia produtiva de acordo com o novo contexto”.

UMA LEITURA DO CONJUNTO

A última década do século XX registrou uma combinação de políticas públicas que incrementou a “natural” força centrípeta da competência capitalista. Destaca-se a gestão cambial, a qual, interagindo com uma importante dedução tarifária, alterou de forma consistente os preços relativos da economia. O custo de vida no país encareceu em comparação com os bens de investimentos agrícolas e o valor bruto da produção setorial. Isso gerou um viés negativo em relação às unidades produtivas que destinam parte de seu excedente para o sustento da família titular, e positivo em relação àqueles em que tal cociente é insignificante e que destinam a maior parte de seus recursos a uma reprodução em escala ampliada. Por outro lado, o emprego do dólar como âncora nominal logo se traduziu em uma conta corrente deficitária que foi compensada com um crescente endividamento público, o que esteve associado a um incremento das taxas de juros a valores insuspeitos umas poucas campanhas antes, o que, obviamente, afetou principalmente àqueles agentes com menor suporte financeiro e que tinham acesso a linhas de crédito mais onerosas.

Isso, em conjunto com outras novidades, como o aumento de certos custos de circulação e as novas regras na provisão de combustível, gerou um contexto no qual a grande empresa de sementes pôde deslocar as pequenas e médias empresas em um processo cuja intensidade não registrava antecedentes. Intervieram, inclusive, na sua geração, outros tipos de fatores tanto ou mais importantes, como a mudança na tecnologia de produção – também afetado por medidas políticas – e a evolução dos preços internacionais,¹² que não foram objeto deste trabalho, mas que são condicionantes a considerar em um estudo mais global.

Como sintetizar o que ocorreu por trás da desvalorização? Tudo indica que focaram em aumentar e manter uma elevada *rentabilidade média* para o setor, sem qualquer discriminação a respeito da escala produtiva de cada estabelecimento. A estrutura tributária certamente voltou-se mais onerosa (visto que os preços internacionais cresceram aumentando notoriamente a renda), mas centrou essa renovada intensidade em um imposto sem nenhuma diferenciação, como são os direitos de exportação, o que, somado à desatualização das escalas daqueles que eram anteriormente progressivos, foi conformando um quadro fiscal, em direção ao interior da atividade, mais regressivo que no passado imediato.

Isso foi complementado por uma forte liquidação dos passivos que mantinham a totalidade das empresas produtoras com o sistema financeiro

¹² As mudanças de preços influenciaram de forma direta após o desmantelamento da Junta Nacional de Grãos, em 1991.

mediante a *pesificação* 1 a 1 de ditos créditos. Cabe reiterar que dita *pesificação* foi indiscriminada ao ser executada sem diferenciar entre quem estava se desentendendo de suas dívidas, nem o tamanho de ditas dívidas. Resulta mais que factível, devido à estrutura agrária sobre a qual recai essa política, que a maior parte desse benefício tenha sido monopolizado pela cúpula de proprietários que concentra a maior parte do solo.

Em matéria de concessões dos ativos de infraestrutura, não se registraram mudanças importantes: permitiram-se grandes aumentos nas tarifas dos trens, sendo que um dos principais ramais de carga de grãos continuou em posse de Aceitera General Deheza, cujo principal acionista seria nomeado senador nacional pelo oficialismo em 2003 e deputado em 2007. Por outro lado, mantiveram-se paralelamente congeladas – mediante compensação estatal – as tarifas do pedágio em rotas nacionais, a ponto de deixarem de ser um custo significativo.

Com relação à assistência aos pequenos e médios produtores, o impacto de *Cambio Rural* acabou minimizado todas as vezes que as intervenções do Estado argentino sobre o comércio exterior se aplicaram para todos os produtores sem distinção, de forma homogênea. Por exemplo, a intervenção no mercado de combustíveis determinou um preço de referência para a totalidade dos produtores, independentemente da capacidade de negociação que depois dispusera cada um com o provedor, enquanto que se mantiveram os níveis tarifários à importação (por acaso reduziram-se em algum rubro isolado) que haviam sido rebaixados durante os anos 1990.

Em oposição a esses elementos deve-se registrar que houve uma mudança substantiva no principal fator que atizou a concentração na década prévia: o impacto diferenciado da gestão do tipo de câmbio. Esta política, entretanto, somente compensou as distorções geradas sob o Plano de Convertibilidade durante os primeiros anos, e nunca chegou a reverter o operado em comparação com o período anterior ao mesmo.

Como conclusão geral constata-se, então, que o Estado operou na última década como se o processo de concentração agrícola não existisse, aceitando aquela visão que propõe um campo “plano”, no qual todos os “produtores” são similares: sem dispor, até o universo de unidades produtivas agrícolas, de nenhuma política de segmentação ou diferenciação relevante. Nesse nível de análise, as continuidades superam consideravelmente as diferenças nos programas econômicos aplicados desde o executivo nas quatro administrações sucessivas.¹³ Apesar das condições serem diferentes, considerando-se a conjuntura

¹³ Haveria que apontar entre as continuidades inclusive algumas diretivas mais estruturais, que ao não serem modificadas em nenhum dos seus subperíodos não foram objeto de análise. É claramente

de preços internacionais e a nova situação a respeito do financiamento, a seta aponta no mesmo sentido ao manter sem modificações as grandes distinções entre produtores: um futuro cada vez mais próximo no qual algumas centenas de grandes empresas controlem a totalidade das colheitas argentinas.

REFERÊNCIAS

- ABELES, M. Evolución de precios y tarifas de los sectores públicos privatizados. In: BAIMA DE BORRI, M.; CESILINI, S.; ROFMAN, A. (Orgs.) *Privatizaciones e impacto en los sectores populares*. Banco Mundial. Buenos Aires: Belgrano, 2000, p.101-114.
- ANLLÓ, G.; BISANG, R.; CAMPI, M. *Claves para repensar el agro argentino*. Buenos Aires: EUDEBA, 2013.
- ATE-INDEC. *No somos cómplices de la mentira*. Buenos Aires: CTA Ediciones, 2014.
- AZCUY AMEGHINO, E. De cultivo marginal a motor de la agriculturización: hipótesis y problemas en torno a la 'sojización'. *Documentos del CIEA*, nº 2, p.65-78, 2004a.
- AZCUY AMEGHINO, E. *Trincheras en la historia*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2004b.
- BARSKY, O.; GELMAN, J. *Historia del agro argentino*. Desde la conquista hasta fines del siglo XX. Buenos Aires: Mondadori, 2001.
- BASUALDO, E. *Estudios de historia económica argentina*. Desde mediados del siglo XX a la actualidad. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.
- BASUALDO, E.; KULFAS, M. Fuga de capitales y endeudamiento externo en la Argentina. *Realidad Económica*, Buenos Aires, nº 173, p.59-96, 2000.
- CLOQUELL, S.; PROPERSI, P.; PREDA, G.; DE NICOLA, M. *Familias rurales*. El fin de una historia en el inicio de una nueva agricultura. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2007.
- COLOMBO, C. *Informe del Jefe de Gabinete de ministros ante el Honorable Congreso de la Nación*. Informe nº 48, 23/11/2000. Disponível em: <tmp.jgm.gov.ar/.../InformeDiputado/Informe%2048/informe%2048.pdf>. Acesso em: jun. de 2013.
- DAMILL, M.; FRENKEL, R.; JUVENAL, L. Las cuentas públicas y la crisis de la convertibilidad en Argentina. *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, nº 170, p.203-230, 2003.
- DE NICOLA, M.; PROPERSI, P.; QÜESTA, T. Efectos del plan de convertibilidad. *Realidad Económica*, Buenos Aires, nº154, p.118-136, 1998.
- FEENEY, R.; BERARDI, M.; BERTOSSI, O.; STEIGER, C.; PIAZZARDI, B.; COLOMBO, M. *Encuesta sobre las necesidades del productor agropecuario argentino*. Rosario: Universidad Austral, 2010.
- FERNÁNDEZ, D. Concentración económica en la región pampeana: el caso de los fideicomisos financieros. *Mundo Agrario*, Buenos Aires, nº21, p.1-31, 2010.

o caso da *não* reforma da lei de arrendamentos rurais, na atualidade totalmente desvirtuada e que também é um pilar do modelo de sojização vigente.

FERNÁNDEZ, D. El fuelle del Estado: sobre la incidencia de las políticas públicas en la concentración de la producción agrícola pampeana (1989-2001). *Documentos del CIEA*. Buenos Aires, n° 3, p.33-68, 2008.

_____. Incidencia de las políticas públicas en la estructura socioeconómica de la agricultura pampeana (2002-2008). *Debates Urgentes*, Buenos Aires, año 2, n°3, p.157-192, 2013.

_____. Las unidades de producción agrícola en la región pampeana: la gran concentración de fin de siglo. XIV JORNADAS INTERESCUELAS DE HISTORIA, 2013, Mendoza. *Anais*. Mendoza: Departamentos de Historia de las Universidades Públicas Nacionales Argentinas, 2013. Disponible em: <<http://cdsa.aacademica.org/000-010/690>>. Acceso em: jan. de 2014.

GERES. Cuarto trimestre de 2013. *Informe de Coyuntura Económica*, ano 1, n° 3, p.1-108, 2014.

GIARRACA, N.; TEUBAL, M. El movimiento de mujeres agropecuarias en lucha. *Realidad Económica*, Buenos Aires, n°159, p.96-119, 1997.

GIBERTI, H. Entrevista al Ing. Horacio Giberti, por Isaac Grober. *IADE*, Buenos Aires, 11 jul. 2008. Disponible em: <<http://www.iade.org.ar/modules/noticias/article.php?storyid=2490>>. Acceso em: junho de 2013.

GORENSTEIN, S.; NAPAL, M. Agricultura familiar, territorios y políticas rurales en ámbitos pampeanos. *Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios*, Buenos Aires, n° 29, p.1-22, 2008.

INTA. *Anuario estadístico Cambio Rural*. Campaña 2007/2008. Buenos Aires: Ediciones INTA, 2009.

_____. *Impacto de Cambio Rural en las PyMES Agropecuarias*. Buenos Aires: Cambio Rural (Unidad de Coordinación), 1999, p.1-40

IÑIGO CARRERA, J. *La formación económica de la sociedad argentina*. Volumen 1. Renta agraria, ganancia industrial y deuda externa 1882-2004. Buenos Aires: Imago Mundi, 2007.

LA NACIÓN. *Seguirán los regímenes de promoción industrial*. 07/02/2002. Disponible em: < <http://www.lanacion.com.ar/372303-seguiran-los-regimenes-de-promocion-industrial>>. Acceso em junho de 2013.

LATTUADA, M., MÁRQUEZ, S.; NEME, J. *Desarrollo rural y política*. Reflexiones sobre la experiencia argentina desde una perspectiva de intervención. Buenos Aires: CICCUS, 2012.

LOMBARDO, P.; TORT, M. Como lograr menores costos sin causar mayores problemas. *Documento de trabajo de Cambio Rural*, Buenos Aires, n° 25, p.1-45, 1997.

MARTÍNEZ DOUGNAC, G.; TORT, M. I. La lucha por la subsistencia: notas sobre la agricultura familiar pampeana en los años '90. *Documentos del CIEA*, Buenos Aires, n°1, p.3-13, 2003.

PERETTI, M. Competitividad de la empresa agropecuaria argentina en la década de los '90. *Revista Argentina de Economía Agraria*, Nueva Serie, Buenos Aires, vol. 2, n° 1, p. 27-41, 1999.

PERETTI, P. Debate Peretti-Trucco. Correspondencia ordenada por Pedro Peretti. *Pedro Peretti-Debates*, Blog, 20 ago. 2013. Disponível em: <<http://debateperettidebates.blogspot.com.ar>>. Acesso em Outubro de 2013.

RECA, L.; LEMA, D.; FLOOD, C. (eds.). *El crecimiento de la agricultura argentina*. Buenos Aires: FAUBA, 2010.